



## PARTE C

### FINANÇAS E AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Gabinetes do Ministro das Finanças e do Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação

Despacho n.º 2905-A/2017

O Decreto-Lei n.º 33/2017, de 23 de março, definiu as regras de financiamento do sistema de recolha de cadáveres de animais mortos nas explorações (SIRCA), sistema este criado para dar cumprimento ao disposto no Regulamento (CE) n.º 1069/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro, e previu, no seu artigo 7.º, a taxa SIRCA, como modo de financiamento do sistema, e cujo valor é fixado pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da agricultura.

De acordo com as regras previstas no Decreto-Lei n.º 33/2017, de 23 de março, compete aos estabelecimentos de abate a liquidação e cobrança da taxa, para posterior entrega à DGAV, junto dos representantes, para abate, de animais das espécies bovina, ovina, caprina e suína, produzidos no território continental.

Nos termos do mesmo decreto-lei, todos aqueles que adquiram animais das referidas espécies, do seu detentor, devem assegurar, nessa aquisição, que o valor correspondente à taxa que irão pagar no matadouro lhes seja entregue pelo detentor do animal de quem o adquirirem. É pois necessário conhecer, desde logo, o valor a cobrar na ocasião da alienação, por conta da taxa a pagar no matadouro.

A taxa SIRCA reflete o princípio da proporcionalidade, sendo estabelecida por espécie e classe etária do animal, assegurando uma participação dos detentores dos animais nos custos associados com a recolha, processamento e eliminação ou utilização dos produtos derivados dos cadáveres dos animais que morram nos estabelecimentos.

A partir do conhecimento dos pesos das carcaças aprovados para consumo nos anos anteriores, período em que a taxa era fixada por quilo, foi determinado o custo por espécie e classe etária de animal, assim se apurando o critério para determinar a taxa aplicável por espécie de animal, combinado com limiares de idade. A fixação da taxa por espécie animal, nestes termos, em vez do peso do animal, tem a vantagem de ser sempre possível saber qual o valor da taxa a pagar no matadouro, antes da sua apresentação a abate.

Assim, nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 33/2017, de 23 de março, e de acordo com a delegação de competências constante da subalínea i) da alínea a) do n.º 3 do Despacho n.º 2243/2016, de 1 de fevereiro, do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 30, de 12 de fevereiro, determina-se:

1 — A taxa a cobrar aos bovinos, ovinos, caprinos e suínos aplica-se por animal, de acordo com a classe de adulto ou jovem, e são as seguintes:

- a) Bovinos com 12 ou mais meses de idade — 12,50€;
- b) Bovinos até 12 meses de idade — 7,50€;
- c) Suínos — porcos de engorda e reprodutores — 1,25€;
- d) Suínos — leitões — 0,12€;
- e) Ovinos ou caprinos — adultos — 0,85€;
- f) Ovinos ou caprinos — borregos e cabritos (crias) — 0,40€.

2 — As taxas indicadas no ponto 1 aplicam-se tanto no abate como na certificação sanitária para comércio intracomunitário ou exportação.

3 — O presente despacho entra em vigor trinta dias após a sua publicação.

5 de abril de 2017. — O Ministro das Finanças, *Mário José Gomes de Freitas Centeno*. — 28 de março de 2017. — O Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, *Luís Medeiros Vieira*.

310414618



## PARTE E

### ORDEM DOS PSICÓLOGOS PORTUGUESES

Regulamento n.º 175-A/2017

#### Alteração do Regulamento de Inscrição da Ordem dos Psicólogos Portugueses

Nos termos e para os efeitos da alínea f) do artigo 28.º e da alínea d) do artigo 33.º do Estatuto da Ordem dos Psicólogos Portugueses, aprovado pela Lei n.º 57/2007, de 4 de setembro, com a redação da Lei n.º 138/2015, de 7 de setembro, a Direção da Ordem dos Psicólogos Portugueses propôs à Assembleia de Representantes da Ordem a alteração do Regulamento de Inscrição da Ordem dos Psicólogos Portugueses — Regulamento n.º 747/2016, publicado na 2.ª série do *Diário da República* em 27 de julho de 2016.

A necessidade de alteração surge na sequência da extinção da Comissão Técnica de Admissão.

Assim, a Assembleia de Representantes da Ordem dos Psicólogos Portugueses aprovou a seguinte alteração ao Regulamento de Inscrição da Ordem dos Psicólogos Portugueses:

#### Artigo 1.º

##### Alterações do Regulamento de Inscrição

1 — São alterados o artigo 5.º e o Anexo V do Regulamento de Inscrição da Ordem dos Psicólogos Portugueses, aprovado pelo Regulamento n.º 747/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 27 de julho de 2016, que passam a ter a seguinte redação:

#### «Artigo 5.º

[...]

1 — [...]

2 — A responsabilidade pela análise de conteúdo e emissão de um parecer sobre o pedido de inscrição, antes da decisão final da Direção, é dos serviços da OPP.

3 — [...]

4 — [...]

#### ANEXO V

[...]

a) [...]

b) [...]

c) Prova da experiência profissional adquirida durante três anos consecutivos nos últimos cinco, a qual será submetida à apreciação dos serviços e posterior deliberação da Direção.»

2 — É revogado o artigo 14.º do Regulamento de Inscrição da Ordem dos Psicólogos Portugueses, aprovado pelo Regulamento n.º 747/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 27 de julho de 2016.

#### Artigo 2.º

##### Entrada em vigor

As alterações ao Regulamento de Inscrição da Ordem dos Psicólogos Portugueses entram em vigor no primeiro dia útil seguinte ao da sua publicação.

24 de fevereiro de 2017. — O Bastonário, *Francisco Miranda Rodrigues*.

310415639



6 — Estabelecer, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que a comissão consultiva integra um representante das seguintes entidades:

- a) Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., que preside;
- b) Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;
- c) Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.;
- d) Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte;
- e) Instituto do Turismo de Portugal, I. P.;
- f) Direção-Geral do Património Cultural;
- g) Direção Regional de Cultura do Norte;
- h) Câmara Municipal de Vieira do Minho.

7 — Estabelecer que este procedimento esteja concluído no prazo máximo de 8 meses, contados a partir da data da publicação do presente despacho.

6 de abril de 2017. — A Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, *Célia Maria Gomes de Oliveira Ramos*.

310425148

Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.

Aviso n.º 4981/2017

#### Consolidação da mobilidade interna

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que se procedeu à consolidação da mobilidade interna, na carreira/categoria, no mapa de pessoal da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., da técnica superior Maria Manuela Santos Pereira de Paiva, ao abrigo do disposto no artigo 99.º do Anexo à referida Lei, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ficando posicionado entre a 8.ª e a 9.ª posição remuneratória, e entre o 39.º e o 42.º nível remuneratório, da tabela remuneratória única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, com efeitos a 3 de março de 2016.

5 de abril de 2017. — O Presidente do Conselho Diretivo da APA, I. P., *Nuno Lacasta*.

310412933

Aviso n.º 4982/2017

#### Consolidação da mobilidade interna

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, se procedeu à consolidação da mobilidade interna, na carreira/categoria, no mapa de pessoal da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., da técnica superior Ana Alexandra Sales Grade Reis Rodrigues, ao abrigo do disposto no artigo 99.º do Anexo à referida Lei, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ficando posicionado entre a 8.ª e a 9.ª posição remuneratória, e entre o 39.º e o 42.º nível remuneratório, da tabela remuneratória única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, com efeitos a 3 de março de 2016.

5 de abril de 2017. — O Presidente do Conselho Diretivo da APA, I. P., *Nuno Lacasta*.

310412852

Contrato (extrato) n.º 223/2017

#### Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal, foi celebrado um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., e a trabalhadora Mariana Fernandes dos Santos Campos, com efeitos a 1 de março de 2017, ficando a mesma integrada na categoria/carreira de assistente técnica, posicionada na 1.ª posição remuneratória e no nível remuneratório 1 da tabela

remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

5 de abril de 2017. — O Presidente do Conselho Diretivo da APA, I. P., *Nuno Lacasta*.

310412966

#### Declaração de Retificação n.º 276/2017

Por ter sido publicado com inexatidão o aviso n.º 2748/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 16 de março de 2017, retifica-se que:

Onde se lê «Lista Unitária de Ordenação Final» deve ler-se «Lista Unitária de Ordenação Final — Ref.ª -B».

5 de abril de 2017. — O Presidente do Conselho Diretivo da APA, I. P., *Nuno Lacasta*.

310413013

## AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Gabinete do Secretário de Estado  
da Agricultura e Alimentação

#### Despacho n.º 3844/2017

O Regulamento (CE) n.º 1069/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro, e respetivas alterações, define as regras sanitárias relativas a subprodutos animais e produtos derivados não destinados ao consumo humano.

Uma vez que os cadáveres dos animais que morram nos estabelecimentos em que estão detidos, estão incluídos no conceito de subprodutos animais, e porque constituem um risco potencial para a saúde pública, para a saúde animal e para o ambiente, o referido Regulamento determina a sua recolha e encaminhamento para formas de eliminação em condições seguras ou a sua utilização para outros fins, desde que minimizem os riscos sanitários envolvidos.

No entanto o Regulamento prevê no seu artigo 16.º e seguintes a possibilidade dos Estados-membros, mediante a verificação do cumprimento de determinados requisitos, autorizarem, em determinadas situações, outras formas alternativas de eliminação dos cadáveres e de outros subprodutos animais, que não as previstas nos seus artigos 12.º, 13.º e 14.º.

Uma das formas previstas consiste, desde logo, na possibilidade de enterramento de cadáveres de animais de companhia e de equídeos. Também é possível autorizar o enterramento dos animais de espécies pecuárias no local do estabelecimento ou a sua destruição por outros meios que sejam considerados seguros face aos riscos para a saúde pública e animal, em áreas classificadas como remotas, nos termos do artigo 19.º do Regulamento.

A delimitação das áreas remotas, para este efeito, tem em consideração nomeadamente a distância às unidades de transformação e/ou eliminação, as dificuldades de acesso, pelas condições orográficas de certas zonas do território, bem como as áreas de baixa densidade animal, onde o custo da recolha dos cadáveres dos animais mortos nos estabelecimentos é mais elevado e desproporcionado face aos eventuais riscos e benefícios sanitários.

Assim, as áreas remotas são estabelecidas, no presente despacho, tendo em consideração os municípios e/ou freguesias em que a população animal apresenta uma baixa densidade, pertencem a zonas de parques naturais ou a zonas de montanha que pela sua orografia apresentam dificuldades de recolha, bem como as áreas que estão distantes dos estabelecimentos de transformação e/ou eliminação de subprodutos animais.

Neste sentido, foram identificadas 5 áreas remotas para as explorações de pequena dimensão (classe 3 e detenção caseira) e para as explorações extensivas de bovinos, ovinos, caprinos e suínos, e ainda uma área remota exclusivamente para suínos em produção extensiva.

O artigo 18.º do Regulamento possibilita a recolha e a utilização de subprodutos animais, desde que provenientes de animais que não tenham sido abatidos, nem tenham morrido em resultado de uma doença transmissível ao homem ou aos animais, na alimentação de aves de rapina, bem como a possibilidade da utilização subprodutos de categoria 1 na alimentação de espécies em vias de extinção ou protegidas de aves necrófagas e de outras espécies que vivam no seu habitat natural, para a promoção da biodiversidade.

O Regulamento (UE) n.º 142/2011, da Comissão, de 25 de fevereiro de 2011, que aplica o Regulamento (CE) n.º 1069/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro, estabelece as regras especiais



aplicáveis à alimentação animal, elencando as espécies em risco ou protegidas, que podem ser alimentadas nos denominados campos de alimentação com as matérias de categoria 1, nas condições aí estabelecidas, e as condições para a alimentação de animais selvagens fora dos campos de alimentação.

Assim, nos termos do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 33/2017, de 23 de março, e de acordo com as competências que me foram delegadas nos termos da subalínea i) da alínea a) do n.º 3 do Despacho n.º 2243/2016, do Senhor Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 30, de 12 de fevereiro, determino:

1 — Os equídeos que morram nos estabelecimentos situados no território nacional podem ser eliminados por enterramento no local.

2 — É permitida a alimentação de aves necrófagas com subprodutos animais, desde que sejam cumpridas as regras e os procedimentos relativos à utilização de subprodutos animais na alimentação de aves necrófagas e outras espécies que vivam no seu habitat natural, fixadas pelo Diretor-geral de Alimentação e Veterinária, a partir da data em que as mesmas sejam publicitadas no sítio da internet da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), com o endereço eletrónico [www.dgav.pt](http://www.dgav.pt).

3 — São estabelecidas as áreas remotas, identificados no Anexo ao presente despacho, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 33/2017, de 23 de março, ficando autorizado nessas áreas, o enterramento no local dos animais das espécies bovina, ovina, caprina e suína, ou a utilização de outras medidas alternativas de destruição previstas no Regulamento, dos cadáveres que morram nos estabelecimentos localizados nas freguesias ali identificadas.

4 — A autorização de enterramento no local do estabelecimento, referida no número anterior, não é aplicável aos cadáveres dos animais das explorações da classe 1 e da classe 2 em regime intensivo, tal como definidas no Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, que aprova o novo regime do exercício da atividade pecuária (NREAP), a não ser nas situações previstas no número seguinte.

5 — Quando, em caso de incêndio, catástrofe natural ou fenómeno climático, ou qualquer evento extraordinário que cause num estabelecimento situado nas áreas remotas, a morte simultânea de vários animais, cuja soma dos respetivos pesos seja superior a 350 kg, o enterramento só é permitido se for expressamente autorizado pela DGAV e se não forem consideradas viáveis outras alternativas, e o enterramento, nestes casos, deve ser supervisionado pelos serviços veterinários regionais.

6 — É proibido o enterramento no local do estabelecimento situado em área remota, dos cadáveres de bovinos com idade superior a 48 meses, devendo ser solicitada a sua recolha no sistema SIRCA, a fim de dar cumprimento ao previsto no Regulamento (CE) n.º 999/2001, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio, que estabelece as regras para a prevenção, o controlo e a erradicação de determinadas encefalopatias espongiformes transmissíveis, na sua redação atual.

7 — Independentemente da zona em que se situe o estabelecimento, é também autorizado o enterramento dos cadáveres e subprodutos de animais considerados materiais da categoria 2, desde que a massa não ultrapasse os 40 kg semanais de vísceras de animais abatidos na exploração, de nados mortos e produtos do parto, cadáveres de animais jovens que ainda não tinham sido identificados.

8 — O Diretor-geral de Alimentação e Veterinária pode, por despacho, adicionar e/ou retirar, freguesias previstas no Anexo ao presente despacho, em função da aproximação ou afastamento da população pecuária dos limiares previstos na secção 2 do Capítulo III, do Anexo VI do Regulamento (UE) n.º 142/2011, da Comissão, de 25 de fevereiro, recorrendo, para o efeito, a critérios de risco sanitário e proporcionalidade dos custos da utilização dos meios de recolha.

9 — A eliminação dos subprodutos animais e dos cadáveres no local do estabelecimento em todos os casos em que tal seja permitido nos termos do presente despacho, deve ser efetuada de acordo com os procedimentos e condições fixados pela DGAV para o efeito, disponíveis na sua página eletrónica com o endereço referido no ponto 2, ou respeitar os métodos alternativos de eliminação previstos no Regulamento (UE) n.º 142/2011, da Comissão, de 25 de fevereiro.

10 — Em cumprimento do Regulamento (CE) n.º 811/2003, da Comissão, de 12 de maio de 2003, a DGAV deverá monitorizar regularmente as condições que justificam a inclusão das freguesias indicadas no Anexo, no regime de derrogação das áreas remotas, tendo em vista verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos para a salvaguarda de riscos para a saúde pública, saúde animal e para o meio ambiente.

11 — Os animais provenientes dos estabelecimentos situados nas freguesias indicadas no Anexo ao presente despacho e abrangidos pela derrogação da obrigação da recolha dos cadáveres que morram no estabelecimento, estão isentos do pagamento da taxa SIRCA, de acordo

com o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 33/2017, de 23 de março.

12 — O presente despacho entra em vigor trinta dias após a sua publicação

18 de abril de 2017. — O Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, *Luís Medeiros Vieira*.

## ANEXO

(a que se refere o n.º 3)

### Áreas remotas

#### 1 — Área remota do Alto Minho e Parque Natural da Peneda Gerês

DisCoFre	Município	Freguesias
031000	Terras de Bouro .....	Todas.
031109	Vieira do Minho .....	Louredo.
031115	Vieira do Minho .....	Salamonde.
031125	Vieira do Minho .....	Ruivães e Campos.
031126	Vieira do Minho .....	Ventosa e Cova.
160100	Arcos de Valdevez .....	Todas.
160300	Melgaço .....	Todas.
160400	Monção .....	Todas.
160500	Paredes de Coura .....	Todas.
160600	Ponte da Barca .....	Todas.
160800	Valença .....	Todas.
170215	Boticas .....	Sapiãos.
170217	Boticas .....	Alturas do Barroso e Cerdedo.
170218	Boticas .....	Ardãos e Bobadela.
170221	Boticas .....	Vilar e Viveiro.
170318	Chaves .....	Nogueira da Montanha.
170600	Montalegre .....	Todas.

#### 2 — Área remota do Nordeste Transmontano e Alto Douro

DisCoFre	Município	Freguesias
010400	Arouca .....	Todas.
040200	Bragança .....	Todas.
040300	Carraceda de Ansiães .....	Todas.
040400	Freixo Espada à Cinta .....	Todas.
040600	Miranda do Douro .....	Todas.
040800	Mogadouro .....	Todas.
040900	Torre de Moncorvo .....	Todas.
041100	Vimioso .....	Todas.
041200	Vinhais .....	Todas.
090100	Aguaiar da Beira .....	Todas.
090400	Figueira de Castelo Rodrigo .....	Todas.
090900	Meda .....	Todas.
091033	Pinhel .....	Vale do Côa.
091400	Vila Nova de Foz Côa .....	Todas.
130103	Amarante .....	Ansiães.
130200	Baião .....	Todas.
170100	Alijó .....	Todas.
170400	Mesão Frio .....	Todas.
170502	Mondim de Basto .....	Bilhó.
170508	Mondim de Basto .....	Vilar de Ferreiros.
170509	Mondim de Basto .....	Campanhó e Paradança.
170510	Mondim de Basto .....	Ermele e Pardelhas.
170800	Peso da Régua .....	Todas.
170901	Ribeira de Pena .....	Alvadia.
170906	Ribeira de Pena .....	Santa Marinha.
170908	Ribeira de Pena .....	Cerva e Limões.
171000	Sabrosa .....	Todas.
171100	Santa Marta de Penaguião .....	Todas.
171215	Valpaços .....	Padrela e Tazem.
171222	Valpaços .....	São João da Corveira.
171406	Vila Real .....	Campeã.
171429	Vila Real .....	Vila Marim.
171431	Vila Real .....	Adoufe e Vilarinho de Samardã.



DisCoFre	Município	Freguesias
171432	Vila Real . . . . .	Borbela e Lamas de Olo.
171436	Vila Real . . . . .	Pena, Quintã e Vila Cova.
180100	Armamar . . . . .	Todas.
180320	Castro Daire . . . . .	Todas.
180400	Cinfães . . . . .	Todas.
180500	Lamego . . . . .	Todas.
180700	Moimenta da Beira . . . . .	Todas.
181200	Penedono . . . . .	Todas.
181310	Resende . . . . .	Todas.
181500	São João da Pesqueira . . . . .	Todas.
181620	São Pedro do Sul . . . . .	Todas.
181700	Sátão . . . . .	Todas.
181820	Sernancelhe . . . . .	Todas.
181900	Tabuaço . . . . .	Todas.
182200	Vila Nova de Paiva . . . . .	Todas.

**3 — Área remota da região do Parque Natural da Serra da Estrela e do Pinhal interior**

DisCoFre	Município	Freguesias
050202	Castelo Branco . . . . .	Almaceda.
050203	Castelo Branco . . . . .	Benquerenças.
050212	Castelo Branco . . . . .	Lourçal do Campo.
050221	Castelo Branco . . . . .	Santo André das Tojeiras.
050222	Castelo Branco . . . . .	São Vicente da Beira.
050223	Castelo Branco . . . . .	Sarzedas.
050302	Covilhã . . . . .	Aldeia de São Francisco de Assis.
050308	Covilhã . . . . .	Cortes do Meio.
050309	Covilhã . . . . .	Dominguizo.
050310	Covilhã . . . . .	Erada.
050312	Covilhã . . . . .	Orjais.
050314	Covilhã . . . . .	Paul.
050318	Covilhã . . . . .	São Jorge da Beira.
050322	Covilhã . . . . .	Sobral de São Miguel.
050325	Covilhã . . . . .	Unhais da Serra.
050327	Covilhã . . . . .	Verdelhos.
050332	Covilhã . . . . .	Barco e Coutada.
050333	Covilhã . . . . .	Cantar-Galo e Vila do Carvalho.
050334	Covilhã . . . . .	Casegas e Ourondo.
050335	Covilhã . . . . .	Covilhã e Canhoso.
050336	Covilhã . . . . .	Peso e Vales do Rio.
050337	Covilhã . . . . .	Teixoso e Sarzedo.
050338	Covilhã . . . . .	Vale Formoso e Aldeia do Souto.
050401	Fundão . . . . .	Alcaide.
050402	Fundão . . . . .	Alcaria.
050403	Fundão . . . . .	Alcongosta.
050406	Fundão . . . . .	Alpedrinha.
050408	Fundão . . . . .	Barroca.
050410	Fundão . . . . .	Bogas de Cima.
050411	Fundão . . . . .	Capinha.
050412	Fundão . . . . .	Castelejo.
050416	Fundão . . . . .	Fatela.
050419	Fundão . . . . .	Lavacinhos.
050421	Fundão . . . . .	Pêro Viseu.
050424	Fundão . . . . .	Silvares.
050425	Fundão . . . . .	Soalheira.
050426	Fundão . . . . .	Souto da Casa.
050427	Fundão . . . . .	Telhado.
050431	Fundão . . . . .	Enxames.
050432	Fundão . . . . .	Três Povos.
050433	Fundão . . . . .	Janeiro de Cima e Bogas de Baixo.
050434	Fundão . . . . .	Fundão, Valverde, Donas, A Joanes, A Nova Cabo.
050436	Fundão . . . . .	Vale de Prazeres e Mata da Rainha.
050600	Oleiros . . . . .	Todas.
050800	Proença-a-nova . . . . .	Todas.
050900	Sertão . . . . .	Todas.

DisCoFre	Município	Freguesias
051000	Vila de Rei . . . . .	Todas.
060100	Arganil . . . . .	Todas.
060600	Gois . . . . .	Todas.
060700	Lousa . . . . .	Todas.
061102	Oliveira do Hospital . . . . .	Alvoco das Várzeas.
061115	Oliveira do Hospital . . . . .	São Gião.
061125	Oliveira do Hospital . . . . .	Penalva de Alva e São Sebastião da Feira.
061200	Pampilhosa da Serra . . . . .	Todas.
061300	Penacova . . . . .	Todas.
061400	Penela . . . . .	Todas.
061700	Vila Nova de Poiares . . . . .	Todas.
090304	Celorico da Beira . . . . .	Carrapichana.
090307	Celorico da Beira . . . . .	Lajeosa do Mondego.
090308	Celorico da Beira . . . . .	Linhares.
090310	Celorico da Beira . . . . .	Mesquitela.
090312	Celorico da Beira . . . . .	Prados.
090314	Celorico da Beira . . . . .	Ratoeira.
090318	Celorico da Beira . . . . .	Vale de Azares.
090322	Celorico da Beira . . . . .	Casas do Soeiro.
090324	Celorico da Beira . . . . .	São Pedro e Santa Maria e Vila Boa do Mondego.
090325	Celorico da Beira . . . . .	Cortiço da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais.
090326	Celorico da Beira . . . . .	Rapa e Cadafaz.
090605	Gouveia . . . . .	Folgosinho.
090613	Gouveia . . . . .	Paços da Serra.
090617	Gouveia . . . . .	São Paio.
090619	Gouveia . . . . .	Vila Cortês da Serra.
090623	Gouveia . . . . .	Aldeias e Mangualde da Serra.
090624	Gouveia . . . . .	Figueiró da Serra e Freixo da Serra.
090625	Gouveia . . . . .	Gouveia (São Pedro e São Julião).
090626	Gouveia . . . . .	Melo e Nabais.
090627	Gouveia . . . . .	Moimenta da Serra e Vinho.
090704	Guarda . . . . .	Aldeia Viçosa.
090713	Guarda . . . . .	Cavadoude.
090716	Guarda . . . . .	Faia.
090717	Guarda . . . . .	Famalicão.
090718	Guarda . . . . .	Fernão Joanes.
090723	Guarda . . . . .	Maçainhas.
090725	Guarda . . . . .	Meios.
090732	Guarda . . . . .	Porto da Carne.
090747	Guarda . . . . .	Valhelhas.
090749	Guarda . . . . .	Videmonte.
090750	Guarda . . . . .	Vila Cortês do Mondego.
090757	Guarda . . . . .	Gonçalo.
090762	Guarda . . . . .	Corujeira e Trinta.
090763	Guarda . . . . .	Mizarela, Pêro Soares e Vila Soeiro.
090801	Manteigas . . . . .	Todas.
091201	Seia . . . . .	Alvoco da Serra.
091207	Seia . . . . .	Loriga.
091210	Seia . . . . .	Sabugueiro.
091219	Seia . . . . .	Sazes da Beira.
091221	Seia . . . . .	Teixeira.
091225	Seia . . . . .	Valezim.
091228	Seia . . . . .	Vila Cova à Coelheira.
091232	Seia . . . . .	Santa Marinha e São Martinho.
091233	Seia . . . . .	Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros.
091236	Seia . . . . .	Vide e Cabeça.
100200	Alvaiázere . . . . .	Todas.
100700	Castanheira de Pêra . . . . .	Todas.
100800	Figueiró dos Vinhos . . . . .	Todas.
101300	Pedrógão Grande . . . . .	Todas.
140105	Abrantes . . . . .	Martinchel.
140118	Abrantes . . . . .	Fontes.
140119	Abrantes . . . . .	Carvalhal.
140121	Abrantes . . . . .	Aldeia do Mato e Souto.
141100	Ferreira do Zêzere . . . . .	Todas.
141300	Mação . . . . .	Todas.
141700	Sardoal . . . . .	Todas.



## 4 — Área remota de Tejo Internacional e Serras de Marvão e S. Mamede

DisCoFre	Município	Freguesias
050214	Castelo Branco.....	Malpica do Tejo.
050216	Castelo Branco.....	Monforte da Beira.
050226	Castelo Branco.....	Cebolais de Cima e Retaxo.
050502	Idanha-a-nova.....	Aldeia de Santa Margarida.
050506	Idanha-a-nova.....	Medelim.
050510	Idanha-a-nova.....	Penha Garcia.
050511	Idanha-a-nova.....	Proença-a-Velha.
050512	Idanha-a-nova.....	Rosmaninhal.
050516	Idanha-a-nova.....	Toulões.
050519	Idanha-a-nova.....	Monfortinho e Salvaterra do Extremo.
050520	Idanha-a-nova.....	Monsanto e Idanha-a-Velha.
050521	Idanha-a-nova.....	Zebreira e Segura.
050700	Penamacor.....	Todas.
051100	Vila Velha de Ródão.....	Todas.
091102	Sabugal.....	Aldeia do Bispo.
091103	Sabugal.....	Aldeia da Ponte.
091114	Sabugal.....	Foios.
091118	Sabugal.....	Malcata.
091123	Sabugal.....	Quadrazais.
091136	Sabugal.....	Vale de Espinho.
091142	Sabugal.....	Lajeosa e Forcalhos.
091145	Sabugal.....	Sabugal e Aldeia de Santo António.
120202	Arronches.....	Esperança.
120203	Arronches.....	Mosteiros.
120501	Castelo de Vide.....	Nossa Senhora da Graça de Póvoa e Meadas.
120502	Castelo de Vide.....	Santa Maria da Devesa.
120503	Castelo de Vide.....	Santiago Maior.
120504	Castelo de Vide.....	São João Baptista.
121000	Marvão.....	Todas.
121205	Nisa.....	Montalvão.
121212	Nisa.....	Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão.
121402	Portalegre.....	Alegrete.
121410	Portalegre.....	Urra.
121411	Portalegre.....	Sé e São Lourenço.
121412	Portalegre.....	Reguengo e São Julião.
121413	Portalegre.....	Ribeira de Nisa e Carreiras.

## 5 — Área remota da região do Algarve e Parque Natural do Guadiana

DisCoFre	Município	Freguesias
020902	Mértola.....	Corte do Pinto.
020903	Mértola.....	Espírito Santo.
020905	Mértola.....	Santana de Cambas.
080100	Albufeira.....	Todas.
080200	Alcoutim.....	Todas.
080300	Aljezur.....	Todas.
080400	Castro Marim.....	Todas.
080500	Faro.....	Todas.
080600	Lagoa.....	Todas.
080700	Lagos.....	Todas.
080800	Loule.....	Todas.
080900	Monchique.....	Todas.
081000	Olhao.....	Todas.
081100	Portimão.....	Todas.
081200	São Bras de Alportel.....	Todas.
081300	Silves.....	Todas.
081410	Tavira.....	Todas.
081500	Vila do Bispo.....	Todas.
081600	Vila Real de Santo António.....	Todas.

## 6 — Área remota para suínos em produção extensiva

DisCoFre	Município	Freguesias
020100	Aljustrel.....	Todas.
020200	Almodôvar.....	Todas.
020300	Alvito.....	Todas.
020400	Barrancos.....	Todas.
020500	Beja.....	Todas.
020600	Castro Verde.....	Todas.
020700	Cuba.....	Todas.
020800	Ferreira do Alentejo.....	Todas.
020900	Mértola.....	Todas.
021000	Moura.....	Todas.
021100	Odemira.....	Todas.
021200	Ourique.....	Todas.
021300	Serpa.....	Todas.
021400	Vidigueira.....	Todas.
070100	Alandroal.....	Todas.
070300	Borba.....	Todas.
070400	Estremoz.....	Todas.
070800	Mourão.....	Todas.
070900	Portel.....	Todas.
071000	Redondo.....	Todas.
071100	Reguengos de Monsaraz.....	Todas.
071300	Viana do Alentejo.....	Todas.
071400	Vila Viçosa.....	Todas.
120200	Arronches.....	Todas.
120400	Campo Maior.....	Todas.
120700	Elvas.....	Todas.
121100	Monforte.....	Todas.
150100	Alcácer do Sal.....	Todas.
150500	Grândola.....	Todas.
150900	Santiago do Cacém.....	Todas.
151300	Sines.....	Todas.

310439072

## AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL E MAR

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral

## Declaração de Retificação n.º 277/2017

Nos termos do artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, declara-se que o Despacho n.º 2740-F/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 65, 2.º Suplemento, de 31 de março de 2017, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se retifica:

No n.º 1, onde se lê:

«1 — Designa-se, em regime de substituição, o Mestre Rui Manuel Costa Martinho para exercer o cargo de Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções.»

deve ler-se:

«1 — Designa-se, em regime de substituição, o Licenciado Rui Manuel Costa Martinho para exercer o cargo de Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções.»

12 de abril de 2017. — O Diretor-Geral, *Eduardo Diniz*.

310433483